



## PESQUISA

**Proposta de implantação de comissão perinatal sob a perspectiva dos profissionais de saúde em uma maternidade de alto risco de Imperatriz - MA**

**Proposal for the implementation of a perinatal committee from the perspective of healthcare professionals in a high-risk maternity hospital in Imperatriz - MA**

**Propuesta de implementación de un comité perinatal desde la perspectiva de los profesionales de la salud en una maternidad de alto riesgo en Imperatriz - MA**

Raquel da Silva Oliveira<sup>1</sup>, Clara Claryannah de Sousa Martins<sup>2</sup>, Graciene Pereira de Sousa<sup>3</sup>

## RESUMO

**Objetivo:** analisar a percepção dos profissionais de saúde sobre uma proposta de implantação de Comissão Perinatal em uma Maternidade de Alto Risco de Imperatriz, Maranhão. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo de natureza quali-quantitativa. A população do estudo foi composta por 100 profissionais de saúde de diferentes categorias profissionais. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas baseadas em um questionário composto por cinco perguntas semiestruturadas fechadas. A análise dos dados seguiu a abordagem mista, sendo realizada por meio de análise de conteúdo e técnicas estatísticas. **Resultados:** foi verificado que as respostas destes, demonstraram alinhamento e concordância com os tópicos abordados, evidenciando que os profissionais acreditam que a maternidade possui condições iniciais que podem ser potencializadas para a viabilização de uma futura implantação de Comissão Perinatal. **Considerações Finais:** Ao analisar a percepção dos profissionais de saúde sobre a proposta de implantação da Comissão Perinatal, os profissionais tiveram uma receptividade positiva reconhecendo a criação da Comissão como uma estratégia promissora para identificar e compreender os fatores que impactam negativamente a saúde materno-infantil.

**Palavras-chave:** mortalidade perinatal; comitê de profissionais; pessoal de saúde; mortalidade infantil.

## ABSTRACT

**Objective:** To analyze healthcare professionals' perceptions regarding the proposed implementation of a Perinatal Committee in a High-Risk Maternity Hospital in Imperatriz, Maranhão. **Methodology:** This is a descriptive study with a mixed-methods approach. The study population consisted of 100 healthcare professionals from different professional categories. Data were collected through interviews based on a questionnaire composed of five closed-ended, semi-structured questions. Data analysis followed a mixed approach, employing content analysis and statistical techniques. **Results:** Findings indicated that the professionals' responses demonstrated alignment and agreement with the discussed topics, highlighting their belief that the maternity hospital has initial conditions that could be enhanced to enable the future implementation of a Perinatal Committee. **Final Considerations:** The analysis of healthcare professionals' perceptions regarding the proposed implementation of the Perinatal Committee revealed a positive reception. The professionals recognized the establishment of the Committee as a promising strategy to identify and understand the factors that negatively impact maternal and infant health.

**Keywords:** perinatal mortality; professional staff committees; health personnel; infant mortality.

## RESUMEN

**Objetivo:** Analizar la percepción de los profesionales de la salud sobre la propuesta de implementación de un Comité Perinatal en una Maternidad de Alto Riesgo en Imperatriz, Maranhão. **Metodología:** Se trata de un

<sup>1</sup>Residente do Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica da Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão - E-mail: [raquelsoliveira100@gmail.com](mailto:raquelsoliveira100@gmail.com)

<sup>2</sup>Enfermeira. Mestre em Saúde e Ambiente. Universidade Federal do Maranhão - E-mail: [claraclaryannah@hotmail.com](mailto:claraclaryannah@hotmail.com)

<sup>3</sup>Enfermeira. Mestre em Doenças Tropicais. Universidade Federal do Pará - E-mail: [cieneppsousa@gmail.com](mailto:cieneppsousa@gmail.com)

estudio descriptivo con un enfoque mixto. La población del estudio estuvo compuesta por 100 profesionales de la salud de diferentes categorías profesionales. Los datos se obtuvieron mediante entrevistas basadas en un cuestionario compuesto por cinco preguntas cerradas semiestructuradas. El análisis de los datos siguió un enfoque mixto, utilizando análisis de contenido y técnicas estadísticas. **Resultados:** Se verificó que las respuestas de los profesionales demostraron alineación y concordancia con los temas abordados, evidenciando que consideran que la maternidad cuenta con condiciones iniciales que pueden ser potenciadas para viabilizar la futura implementación de un Comité Perinatal. **Consideraciones Finales:** Al analizar la percepción de los profesionales de la salud sobre la propuesta de implementación del Comité Perinatal, se observó una recepción positiva. Los profesionales reconocieron la creación del Comité como una estrategia prometedora para identificar y comprender los factores que impactan negativamente la salud maternoinfantil.

**Palabras-clave:** mortalidad perinatal; comité de profesionales; personal de salud; mortalidad infantil.

## INTRODUÇÃO

A taxa de mortalidade infantil é considerada um importante indicador das condições de saúde e qualidade de vida de uma população, pois reflete, em grande medida, fatores relacionados ao contexto socioeconômico e ambiental (Brasil, 2021). Assim, com a adesão do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), a redução da mortalidade infantil ganhou maior destaque, sendo esse o foco do objetivo número quatro, que visa diminuir os índices de mortalidade a níveis mais aceitáveis nos países em desenvolvimento.

De acordo com a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças, o período conhecido como perinatal vai desde a 22ª semana de gestação ou cento e cinquenta e quatro dias, até o término com seis dias completos após o nascimento (Organização Mundial de Saúde, 2008).

Segundo Prezotto (2023), a mortalidade perinatal está relacionada a causas consideradas preveníveis de óbitos fetais e neonatais. Presume-se que as maiores taxas de mortalidade evitável ocorrem na fase neonatal precoce. Dentre as principais causas de óbitos pode-se citar o tétano neonatal, a síndrome da angústia respiratória, a asfixia ao nascer, a septicemia bacteriana, a pneumonia e a síndrome da morte súbita. Outra estimativa relevante, diz respeito a redução da mortalidade perinatal tardia a partir

da adoção de ações de imuno prevenção, tratamento adequado e promoção à saúde.

Conforme aponta Brasil (2009), as mortes precoces, em sua grande maioria, são consideradas evitáveis, uma vez em que se garanta o acesso, no momento favorável, aos serviços especializados. Isso decorre da relação entre várias causas que vão desde a fatores biológicos a lacunas no sistema de saúde. Reduzir os índices de mortalidade infantil, necessita de mudanças estruturais na sociedade e que reflitam nas condições de vida da população. É preciso que haja intervenções diretas das políticas públicas de saúde.

Os comitês de investigação do óbito fetal e neonatal estão incluídos no campo da vigilância da mortalidade infantil e são definidos como organizações interinstitucionais de natureza educativa, formativa e de atuação sigilosa. Englobam aquelas instituições que fazem parte da sociedade civil organizada e conta com a participação de múltiplas categorias profissionais que estas por sua vez, tem como responsabilidade atribuir visibilidade aos comitês, acompanhar e monitorar os óbitos infantis e fetais e sugerir intervenções para redução da mortalidade (Brasil, 2009).

Ademais, os comitês hospitalares são requisitos para o funcionamento de maternidades que estão inseridas nos programas de Gestação de Alto Risco e de Humanização do pré-natal e nascimento do Ministério da Saúde e da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) (Brasil, 2009).

A Portaria 1.172 de 2004 estabelece ainda o monitoramento da mortalidade infantil e

Oliveira, Raquel da S.; Martins, Clara C. de S.; Sousa, Graciene P. de. (2025) materna como responsabilidade das instâncias municipal e estadual de vigilância em saúde, com ênfase na designação de equipes técnicas para a vigilância dos óbitos em seus territórios. Desde 2004, o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal propõe a inclusão de óbitos na Lista de Notificação Compulsória, destacando a necessidade de medidas concretas e integradas para melhorar indicadores de saúde materna, infantil e neonatal (Brasil, 2004a).

Neste contexto, a pesquisa foi realizada em uma Maternidade de Alto Risco localizada em Imperatriz, Maranhão. A maternidade é um serviço público de referência para a assistência obstétrica e neonatal, sendo responsável pelo atendimento da população de toda a região tocantina, recebendo gestantes de diversas cidades (Ribeiro, *et al* 2013).

Assim, esta pesquisa justifica-se a partir da identificação do aumento dos casos de óbitos neonatais, sem que haja uma discussão mais aprofundada sobre esses eventos. Atualmente, a instituição conta apenas com um comitê voltado à investigação de óbitos maternos, enquanto a análise de óbitos fetais e neonatais é conduzida pelo núcleo de epidemiologia da instituição. Apesar do registro e investigação desses óbitos, não há uma discussão interna sistematizada sobre os casos, o que limita a identificação detalhada das causas e a implementação de medidas preventivas.

Diante desse cenário e a partir da vivência como residente em Enfermagem Obstétrica na referida maternidade, identificou-se a necessidade de realizar a implantação de uma Comissão Perinatal. Assim, nesse processo, ouvir primeiramente os profissionais de saúde é essencial para garantir a efetividade e a adesão à iniciativa. Sabe-se que esses profissionais, que estão diretamente envolvidos no cuidado à mulher e ao recém-nascido, possuem uma compreensão única das dinâmicas, desafios e necessidades específicas da maternidade. Suas

**Proposta de implantação...** percepções, experiências e sugestões são essenciais para identificar as reais demandas da instituição, mapear possíveis barreiras e reconhecer oportunidades de melhoria na assistência. Essa abordagem participativa garante que a proposta de implantação seja adaptada às necessidades específicas da instituição, considerando fatores culturais, estruturais e operacionais. Isso fomenta envolvimento e colaboração dos profissionais que são essenciais para o sucesso sustentável da Comissão Perinatal. Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos profissionais de saúde sobre a proposta de implantação de uma Comissão Perinatal em uma Maternidade de Alto Risco de Imperatriz, Maranhão.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo definido como aquele que busca observar, descrever e documentar aspectos de determinada realidade, populações ou fenômenos (Gil, 2008). A abordagem utilizada considera aspectos qualitativos e quantitativos. O estudo qualitativo é caracterizado por explorar fenômenos que não podem ser quantificados com enfoque no universo de significados e subjetividades (Minayo, 2001). Já o estudo quantitativo utiliza métodos baseados na quantificação, trazendo dimensões de intensidade de modo a analisar e medir fenômenos (Rodrigues; Oliveira; Santos 2021).

A pesquisa foi realizada em uma Maternidade de Alto Risco, localizada no município de Imperatriz, Maranhão.

A população do estudo foi composta por 100 profissionais de diferentes categorias profissionais. Participaram do estudo, 87 profissionais de enfermagem, 4 profissionais da equipe administrativa, 2 profissionais fisioterapeutas, 5 profissionais médicos e 2 profissionais nutricionistas.

O presente estudo adotou como critérios de inclusão, profissionais de saúde da referida maternidade que possuíam envolvimento direto

Oliveira, Raquel da S.; Martins, Clara C. de S.; Sousa, Graciene P. de. (2025) ou indireto nos processos perinatais da instituição e que estavam atuando na maternidade no momento de realização da pesquisa. Foram excluídos do estudo, profissionais que não estavam diretamente relacionados aos cuidados perinatais na maternidade, que estavam gozando de férias ou licenças e indivíduos que optaram por não participar voluntariamente da pesquisa.

Os aspectos éticos para a execução da pesquisa foram respeitados, de maneira que antes de iniciar as entrevistas com os profissionais foi realizada a explicação dos objetivos da pesquisa e dada a garantia de que as informações fornecidas seriam mantidas em sigilo e utilizadas apenas para fins científicos. Depois de oferecidas essas informações, todas os entrevistados decidiram participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como princípio ético e global, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências de Imperatriz (CCIM) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo sido aprovado sob registro 7.291.628, conforme as recomendações previstas pela Resolução 466/2012 e a Resolução nº 510/2016.

Os dados da pesquisa foram coletados após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) pelos profissionais participantes do estudo. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas baseadas em um questionário composto por cinco perguntas semiestruturadas e fechadas (com respostas de SIM ou NÃO) (Apêndice B). As entrevistas buscaram compreender as afirmações dos profissionais sobre a proposta de implantação da Comissão Perinatal e identificar os principais desafios e oportunidades para a melhoria dos cuidados perinatais.

A análise dos dados seguiu a abordagem mista, sendo realizada por meio de análise de conteúdo e técnicas estatísticas. Os dados foram

**Proposta de implantação...** organizados e transcritos para o software Excel, onde foram analisados o perfil dos entrevistados e as respostas às perguntas do questionário. A análise possibilitou identificar padrões, tendências e percepções dos participantes sobre a proposta de implantação da Comissão Perinatal.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os entrevistados apresentaram uma ampla distribuição etária, variando entre 20 e mais de 51 anos. A maior prevalência foi observada na faixa de 31 a 40 anos (37%), seguida pela de 41 a 50 anos (36%), indicando uma predominância de profissionais com experiência consolidada. Em relação ao gênero, a maioria dos participantes é do sexo feminino (93%), enquanto o masculino representa 7%, evidenciando a predominância feminina no contexto da maternidade estudada.

Quanto à categoria profissional, a enfermagem se destacou como a área com maior representação, abrangendo 87% dos entrevistados. Outras categorias, como administração (4%), medicina (5%), fisioterapia (2%) e nutrição (2%), apresentaram menor participação, reforçando o protagonismo dos profissionais de enfermagem na assistência materno-infantil.

O tempo de atuação na unidade também se mostrou um fator relevante. A maior parte dos profissionais (39%) possui entre 1 e 5 anos de experiência no local, enquanto 27% atuam há 6 a 10 anos. Um percentual menor de profissionais possui mais de 20 anos de experiência (3%), conforme Tabela 1.

**Tabela 1** - Perfil Sociodemográfico e Profissional dos Entrevistados.

Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
<b>Faixa Etária</b>		
20 a 30 anos	18	18%
31 a 40 anos	37	37%
41 a 50 anos	36	36%
51 anos ou mais	9	9%
<b>Gênero</b>		
Feminino	93	93%
Masculino	7	7%
<b>Categoria Profissional</b>		
Administração	4	4%
Enfermagem	87	87%
Fisioterapia	2	2%
Medicina	5	5%
Nutrição	2	2%
<b>Tempo de Atuação</b>		
Menos de 1 ano	1	1%
Entre 1 e 5 anos	39	39%
Entre 6 e 10 anos	27	27%
Entre 11 e 15 anos	17	17%
Entre 16 e 20 anos	13	13%
Mais de 20 anos	3	3%
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do presente estudo

A apresentação da proposta de implantação da Comissão Perinatal aos profissionais da Maternidade de Alto Risco de Imperatriz, revelou-se em um momento de sensibilização e compartilhamento de informações sobre a importância e os benefícios dessa iniciativa. Foram identificadas três categorias principais: 1 - apresentação e introdução do tema; 2 - receptividade e aceitação da proposta; 3 - perspectivas para ações futuras;

### Apresentação e introdução do tema

A apresentação e introdução do tema sobre a proposta de implantação de uma Comissão de mortalidade perinatal na Maternidade de Alto Risco de Imperatriz, marcou o início de uma discussão fundamental. Os profissionais tiveram a oportunidade de compreender os objetivos da proposta, seus fundamentos e a relevância de uma Comissão Perinatal para a melhoria do cuidado materno e neonatal na Maternidade. A apresentação enfatizou como uma comissão de investigação de óbitos perinatais pode ser um mecanismo eficaz para monitorar e reduzir complicações maternas e neonatais, melhorando os desfechos e a qualidade do atendimento. Durante a exposição, também foi abordada a necessidade de sensibilizar todos os profissionais envolvidos, incentivando a participação ativa e o comprometimento com as práticas de cuidado perinatal mais eficazes e humanizadas.

### Receptividade e aceitação da proposta

A receptividade à proposta de implantação da Comissão Perinatal foi observada principalmente por meio da postura dos participantes durante a apresentação. Sinais de atenção, como olhares concentrados e escuta atenta, indicaram interesse pelo tema abordado e sugeriram uma aceitação inicial da proposta. Essa recepção positiva foi vista como um passo

promissor, que pode abrir espaços para discussões mais aprofundadas e para o engajamento futuro dos profissionais na implementação da comissão.

### Perspectivas para ações futuras

Com base nos resultados e percepções observados durante a apresentação da proposta, foi possível traçar perspectivas que pudessem viabilizar a iniciativa em um futuro próximo. Assim, destacou-se a necessidade de promover espaços de diálogos contínuos com os profissionais envolvidos, enfatizando o entendimento sobre os propósitos da implantação da comissão, além de discutir desafios existentes e permitir que todos os profissionais contribuam ativamente para a construção da proposta. Além disso, tornou-se essencial investir em capacitações voltadas para os profissionais da maternidade, como treinamentos que abordem temas como humanização do cuidado, gestão de risco perinatal e práticas baseadas em evidências.

A Tabela 2 apresenta a percepção dos 100 profissionais atuantes na Maternidade de Alto Risco de Imperatriz sobre a Estruturação e Impacto da Comissão Perinatal.

**Tabela 2** - Percepção dos Profissionais sobre a Estruturação e Impacto da Comissão Perinatal na Maternidade de Alto Risco de Imperatriz, N = 100.

Questão	SIM (%)	NÃO (%)
Você acredita que a Maternidade de Alto Risco de Imperatriz está estruturada para implantar uma Comissão Perinatal?	96	4
Você acredita que os profissionais envolvidos nos processos perinatais da Maternidade estão preparados para atuarem na Comissão Perinatal?	93	7
Você acredita que somente a identificação dos problemas que levaram ao óbito fetal e neonatal são suficientes para a resolução e diminuição da mortalidade fetal e neonatal?	8	92
Você acredita que com a Implantação de uma Comissão Perinatal na Maternidade, os índices de mortalidade fetal e neonatal reduziram?	99	1
Você acredita que a Maternidade de Alto Risco de Imperatriz necessita de uma Comissão de Investigação de óbitos fetais e neonatais?	100	-

Fonte: Dados do presente estudo

Os resultados evidenciaram uma percepção amplamente favorável à estruturação da Comissão Perinatal. A primeira pergunta abordou se a Maternidade de Alto Risco de Imperatriz estava estruturada para implantar uma Comissão Perinatal. A maioria dos entrevistados (96%) respondeu afirmativamente, enquanto apenas 4% discordaram. Esse dado sugere que a unidade já possui uma estrutura considerada adequada pelos profissionais para a implementação da comissão.

A segunda questão investigou se os profissionais envolvidos nos processos perinatais estavam preparados para atuar na Comissão Perinatal. Novamente, a maioria (93%) indicou que sim, enquanto 7% relataram não se sentirem preparados. Esse resultado reforça a percepção de que a equipe possui capacitação suficiente para integrar a comissão.

Em relação à terceira pergunta, que questionou se apenas a identificação dos problemas que levam ao óbito fetal e neonatal seria suficiente para resolver e diminuir a mortalidade, 92% dos entrevistados responderam negativamente, enquanto apenas 8% acreditaram que a identificação isolada dos problemas seria suficiente. Esse resultado indica que, na percepção dos profissionais, medidas complementares e estratégias de intervenção são necessárias para uma redução efetiva da mortalidade.

A quarta questão explorou a percepção dos entrevistados sobre o impacto da Comissão Perinatal na redução dos índices de mortalidade fetal e neonatal. Observou-se que 99% dos respondentes acreditam que a implantação contribuiria para essa redução, evidenciando otimismo quanto à eficácia da comissão para melhorar os desfechos perinatais na maternidade.

Por fim, a última pergunta investigou se a maternidade necessitava de uma Comissão de Investigação de óbitos fetais e neonatais. Houve unanimidade entre os entrevistados, com 100% das respostas afirmando a necessidade dessa

iniciativa. Esse resultado destaca a percepção coletiva da equipe sobre a importância de um mecanismo formal para investigar e prevenir óbitos perinatais, reforçando a relevância da proposta para a melhoria da assistência obstétrica e neonatal na unidade.

A proposta de implantação da Comissão Perinatal, mostrou-se um ponto estratégico e necessário para a melhoria da assistência materno-infantil. Os resultados obtidos revelaram que os profissionais de saúde compreenderam a relevância da comissão no contexto da qualidade do cuidado. Nesse sentido, esse achado corrobora com a visão de Maia (2010), ao demonstrar que a Comissão Perinatal pode atuar como uma ferramenta estratégica para a articulação dos serviços ofertados às mulheres e recém-nascidos. Assim, a percepção dos profissionais de saúde sobre a importância dessa Comissão reforça o compromisso com a redução da morbimortalidade materna e perinatal e incentiva a construção de uma cultura institucional baseada na humanização e nas práticas baseadas em evidências científicas.

No que tange ao subtópico sobre a receptividade e aceitação da proposta, a análise dos resultados evidenciou que a recepção e aceitação da proposta de implantação da Comissão Perinatal aos profissionais foram, em geral, positivas, com ênfase para a percepção de sua relevância e potencial impacto para a melhoria da assistência materno-infantil. Conforme estudo de Cambraia, Santos e Lantelme (2017), ambientes colaborativos e confiáveis de aprendizagem permitem desenvolver práticas seguras e eficazes em saúde. Esses achados sugerem que os profissionais buscam melhorias estruturadas e reconhecem o potencial transformador da Comissão Perinatal na melhoria da qualidade do cuidado.

Os resultados obtidos sobre as perspectivas para ações futuras evidenciaram um cenário promissor que permite traçar objetivos que viabilizem a implantação da comissão. A

Oliveira, Raquel da S.; Martins, Clara C. de S.; Sousa, Graciene P. de. (2025) análise revelou que os profissionais reconhecem a proposta como uma oportunidade para avanços significativos na qualidade da assistência e demonstrou aspectos cruciais para a viabilização dessa iniciativa. Entre os pontos destacados, estão a criação de espaços de diálogos contínuos com os profissionais e a necessidade de investir em capacitações direcionadas. Essa abordagem é respaldada por Brasil (2018), que destaca a educação permanente como uma estratégia essencial para promover reflexões coletivas e reorganizar práticas de cuidados, além de fortalecer a autonomia e a corresponsabilidade dos profissionais de saúde. Esses fatores corroboram a importância de estratégias que articulem formação e prática como pilares para a consolidação de mudanças no ambiente perinatal.

Os dados relacionados ao perfil dos entrevistados evidenciam que a maioria dos participantes pertence à categoria da enfermagem. De acordo com Mendes *et al.* (2022), esse dado reflete a realidade do sistema de saúde brasileiro, no qual os profissionais de enfermagem representam a maior força de trabalho, sendo responsáveis por grande parte do cuidado direto ao paciente. Essa predominância pode ser atribuída à amplitude de atribuições que esses profissionais possuem no cuidado perinatal, abrangendo ações assistenciais, gerenciais e educativas.

Além disso, a presença destacada dos profissionais de enfermagem na assistência perinatal é justificada por sua formação focada no cuidado integral e humanizado conforme enfatizado por Frediane e Andrade (2023). Ademais, Toledo *et al.* (2021), ressaltam o papel fundamental da enfermagem para alcançar acesso e cobertura universal de saúde no Brasil.

Quanto à análise das respostas do questionário aplicado aos profissionais de saúde da Maternidade de Alto Risco de Imperatriz, foi possível compreender as percepções da equipe sobre a estrutura da unidade, o preparo dos profissionais e a relevância da criação de uma

**Proposta de implantação...** comissão perinatal. Os resultados refletem, em sua maioria, opiniões favoráveis e alinhadas com a necessidade de uma abordagem estruturada para reduzir os índices de mortalidade fetal e neonatal, além de destacar aspectos positivos e possíveis desafios para a implantação dessa comissão. A seguir, discute-se os achados para cada uma das questões propostas.

No que diz respeito à primeira pergunta sobre a estruturação da maternidade para a implantação da Comissão Perinatal, a maioria dos participantes acredita que a unidade está preparada para esse processo. Segundo Magluta *et al.* (2009), uma estrutura adequada é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de espaços que visam promover a qualidade e segurança no cuidado materno-infantil, sendo que a ausência dessa estrutura pode comprometer significativamente a qualidade dos serviços, incluindo o cuidado obstétrico e neonatal. Esse resultado evidencia uma percepção positiva em relação à infraestrutura, recursos e organização da maternidade, fatores essenciais para implementar práticas voltadas à melhoria da assistência perinatal.

Em contraponto, 4% dos participantes responderam negativamente. Embora esse percentual seja pequeno, ele está em consonância com o que aponta Brasil (2012), ao destacar que barreiras estruturais para a implementação de espaços de discussões sobre mortalidade infantil, estão frequentemente relacionadas à disponibilidade de recursos humanos qualificados e à alocação de recursos públicos. Assim, mesmo que a maioria dos profissionais considere a maternidade adequada para a implantação da Comissão Perinatal, os desafios expressos por essa parcela minoritária, ressaltam a importância de um diagnóstico minucioso para identificar e solucionar as lacunas existentes.

Quanto à segunda pergunta, que trata da preparação dos profissionais para atuação na comissão perinatal, a maioria acredita que os

Oliveira, Raquel da S.; Martins, Clara C. de S.; Sousa, Graciene P. de. (2025) profissionais estão preparados para atuar na comissão. Conforme destaca Brasil (2009), o preparo adequado dos profissionais de saúde é fundamental para o desenvolvimento de ações eficazes em comissões voltadas à saúde materno-infantil, pois favorece a tomada de decisões baseadas em evidências científicas. Com isso, tal preparação reforça a confiança nas competências técnicas e práticas da equipe multiprofissional da maternidade, destacando a relevância de equipes qualificadas para assegurar a segurança e a qualidade do cuidado perinatal.

Compensatoriamente, 7% dos entrevistados indicaram falta de preparo nos profissionais atuantes da maternidade. Segundo Ferreira *et al.* (2019), a implementação de estratégias de educação permanente aliadas à criação de espaços para trocas e experiências entre os profissionais, não apenas minimizam as lacunas no que tange à capacitação dos profissionais, mas também promovem a construção coletiva do saber e fortalecem a atuação integrada das equipes. Desse modo, entende-se que a superação desses desafios depende da articulação entre gestão e profissionais de saúde, garantindo recursos adequados, incentivo a capacitação contínua e valorização das equipes.

A terceira pergunta, que trata da identificação de problemas para redução da mortalidade, revelou que 92% dos participantes acreditam que apenas identificar os fatores que levam ao óbito fetal e neonatal não é suficiente para reduzir a mortalidade. Conforme aponta Pozzo e Crespo (2009) é importante desenvolver a aprendizagem voltada para a resolução de problemas, destacando-a como uma competência essencial a ser trabalhada de forma sistemática. Isso reflete uma compreensão ampliada sobre a complexidade da mortalidade perinatal e a necessidade de ações efetivas e sistemáticas para enfrentar o problema.

Ademais, os autores Toledo, Giatti e Jacobi (2014) possuem uma visão semelhante

#### Proposta de implantação...

relatando que, além da identificação de causas, são necessários esforços em análise contínua de dados, implementação de estratégias práticas e formulação de planos de ação interdisciplinares. Essa prática associada ao trabalho de comissões perinatais, contribui para identificar fragilidades nos processos assistenciais, fortalecer políticas públicas e promover a implementação de melhorias no cuidado materno infantil.

Contrariamente à visão de 8% dos entrevistados, que consideram a identificação de problemas suficiente, Brasil (2022) demonstra que a identificação de problemas como a asfixia perinatal por exemplo, é uma condição de saúde que afeta recém-nascidos independentemente da classe social, podendo resultar em diversas complicações neurológicas. Esse dado reforça a importância da adoção de estratégias mais proativas para prevenir esses problemas.

A quarta pergunta, que investigou o impacto da comissão perinatal na redução dos índices de mortalidade, revelou que quase todos os participantes acreditam que a implantação de uma comissão perinatal contribuiria significativamente para a redução da mortalidade fetal e neonatal. Conforme Bittencourt (2013), os comitês de mortalidade infantil e fetal possui como principais funções a identificação de problemas nos diferentes níveis de atenção, a avaliação da qualidade dos serviços prestados, a proposição de estratégias para reduzir os índices de mortalidade e a caracterização de óbitos evitáveis como eventos-sentinelas, além de assegurar a implementação de ações voltadas à diminuição da mortalidade materna, infantil e fetal. Com isso, percebe-se que a implantação de uma comissão perinatal não apenas é percebida como essencial pelos profissionais de saúde, mas também está alinhada às diretrizes preconizadas pelo Ministério da Saúde, reforçando sua relevância como uma estratégia para a redução efetiva dos índices de mortalidade.

Por outro lado, apenas 1% dos participantes discordaram da efetividade da

De acordo Brasil (2004b), é fundamental que os comitês de mortalidade estejam bem estruturados para possibilitar a correta compreensão das circunstâncias dos óbitos e a identificação precisa dos fatores de risco associados. Assim, esse pequeno percentual de discordância, pode refletir uma visão crítica, possivelmente influenciada por experiências anteriores relacionadas a comitês mal estruturados ou ineficazes.

A quinta pergunta, que explorou a necessidade de uma comissão de investigação de óbitos fetais e neonatais na maternidade, obteve unanimidade entre os participantes, evidenciando uma percepção clara e consensual sobre a importância dessa iniciativa. Maia (2010) afirma que a implantação de uma Comissão Perinatal tem mostrado vitalidade para realizar mudanças significativas no contexto da qualidade do cuidado. Esse resultado reforça a relevância de se adotar uma abordagem sistemática e organizada para investigar, analisar e propor soluções para os óbitos fetais e neonatais.

A unanimidade dos profissionais reforça a visão de que a maternidade precisa implementar estratégias mais proativas para fortalecer a qualidade do cuidado e prevenir óbitos evitáveis. Conforme Brasil (2009), as comissões perinatais surgem como uma estratégia importante para a compreensão das circunstâncias de ocorrência dos óbitos, assim como a identificação de fatores de risco e a definição de políticas de saúde dirigidas à redução da mortalidade materna e infantil. Dessa forma, essa unanimidade evidenciada no estudo, destaca-se a maturidade dos profissionais e a consciência coletiva sobre a importância da investigação de óbitos como ferramenta estratégica para a qualificação da assistência.

Assim, as respostas ao questionário destacaram que os profissionais da maternidade têm uma percepção bastante positiva e alinhada sobre a relevância e viabilidade da implantação

de uma comissão perinatal. No entanto, as discordâncias, mesmo que minoritárias, indicam a necessidade de reforçar a capacitação contínua, alinhar expectativas entre os profissionais e garantir que as condições estruturais e logísticas atendam plenamente às demandas. Dessa forma, a comissão perinatal pode se consolidar como um instrumento essencial para a redução da mortalidade perinatal e para a melhoria da qualidade do cuidado oferecido na maternidade

## CONCLUSÃO

Evidenciou-se uma receptividade significativa no que tange à proposta de implantação da Comissão Perinatal, com base na análise das respostas geradas a partir do questionário aplicado. O perfil dos entrevistados, sendo em sua maioria composto por profissionais de enfermagem, ressalta a relevância dessa categoria no contexto da assistência perinatal, reforçando sua importância na construção de estratégias para a melhoria da qualidade do cuidado materno-infantil.

As respostas ao questionário demonstraram alinhamento e concordância com os tópicos abordados, evidenciando que a maioria dos profissionais acredita que a maternidade possui condições iniciais que podem ser potencializadas para a viabilização de uma futura implantação de Comissão Perinatal. Os participantes reconheceram que a criação da Comissão é uma estratégia promissora para identificar e compreender os fatores que impactam negativamente a saúde materno-infantil. Também houve consenso de que a Comissão tem o potencial de influenciar positivamente os indicadores de saúde, fortalecendo o cuidado e garantindo a segurança materno-infantil.

O estudo reforça a importância de implementar a Comissão Perinatal como um instrumento estratégico, destacando a

Oliveira, Raquel da S.; Martins, Clara C. de S.; Sousa, Graciene P. de. (2025) necessidade de articulação interprofissional e engajamento institucional para enfrentar os desafios da assistência. Além disso, a pesquisa contribui para o avanço do debate sobre políticas públicas e a melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil.

Embora a percepção geral dos profissionais tenha sido positiva, as discordâncias minoritárias evidenciaram a necessidade de ações adicionais. Entre elas, destacam-se o fortalecimento da capacitação contínua, o alinhamento de expectativas entre os profissionais e a garantia de condições estruturais e logísticas adequadas. Esses esforços são fundamentais para consolidar a comissão como uma ferramenta essencial para a melhoria da qualidade do cuidado oferecido e a redução da mortalidade perinatal.

Por fim, reconhecem-se algumas limitações do estudo, como a análise focada na perspectiva dos profissionais de saúde da maternidade, sem explorar variáveis institucionais, impactos financeiros e infraestrutura necessária para a implementação da comissão. Futuras pesquisas podem ampliar essa análise, aprofundando-se nesses aspectos e buscando estratégias para aprimorar ainda mais a viabilidade e eficácia de uma implantação de Comissão Perinatal.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, S. D. A. **Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal e Atuação em Comitês de Mortalidade**. Rio de Janeiro: Editora ENSP, 2013. Disponível em: [https://ensp.fiocruz.br/vomif/assets/pdf/material/livro\\_texto.pdf](https://ensp.fiocruz.br/vomif/assets/pdf/material/livro_texto.pdf). Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico - Mortalidade infantil no Brasil**, [Internet]. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_37\\_v2.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf/view). Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Asfixia perinatal é a terceira causa de morte neonatal no mundo**,

**Proposta de implantação...**

[Internet], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/asfixia-perinatal-e-a-terceira-caoa-de-morte-neonatal-nomundo#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%20Mundial%20da,de%2037%20a%2042%20semanas>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.172, de 15 de junho de 2004**. Aprova as normas e diretrizes da assistência ao recém-nascido em sala de parto. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun. 2004a. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt1172\\_15\\_06\\_2004.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt1172_15_06_2004.html). Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual dos comitês de prevenção do óbito infantil e fetal**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004b. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/pdfs/Manual\\_obito\\_Infantil\\_Fetal.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/pdfs/Manual_obito_Infantil_Fetal.pdf). Acesso em 27 jan 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde. **Síntese de evidências para políticas de saúde: mortalidade perinatal**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sintese\\_evidencias\\_mortalidade\\_perinatal.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_mortalidade_perinatal.pdf). Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Educação Permanente como ferramenta estratégica de gestão de pessoas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao\\_permanente\\_ferramenta\\_estrategica\\_gestao\\_pessoas.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao_permanente_ferramenta_estrategica_gestao_pessoas.pdf). Acesso em: 26 de jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_obito\\_infantil\\_fetal\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_obito_infantil_fetal_2ed.pdf). Acesso em: 02 jun. 2024.

CAMBRAIA, F. B.; SANTOS, T. W. S.; LANTELME, E. M. V. Disseminação de práticas de segurança e saúde do trabalho entre empresas de construção por meio de ambientes colaborativos de aprendizagem. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 425-439, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/F85JP9wTNzhGjyhvjNSMR3S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FERREIRA, L. *et al.* Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate**, Rio

- Oliveira, Raquel da S.; Martins, Clara C. de S.; Sousa, Graciene P. de. (2025) **Proposta de implantação...** de Janeiro, v. 43, n. 120, p. 223-239, jan-mar 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3wP8JDq48kSXrFMZqGt8rNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de jan. 2025.
- FREDIANE, V. D.; ANDRADE, C. Assistência Integral e Humanização de Enfermagem no Puerpério Imediato. **Revista FT. Ciências da Saúde**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 127. Out. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-assistencia-integral-e-humanizada-de-enfermagem-no-puterperio-imediate/>. Acesso em: 26 de jan 2025.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAGLUTA, C. *et al.* Estrutura de maternidades do Sistema Único de Saúde do Rio de Janeiro: desafio à qualidade do cuidado à saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 9, n. 3, p. 319-329, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/rtFzbcMwK8V7hwybg9P78Lh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2025.
- MAIA, M. B. **Humanização do parto: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.
- MENDES, M. *et al.* Força de trabalho de enfermagem: cenário e tendências. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 12, e11, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/67928>. Acesso em: 27 de jan. 2025.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, [Internet]. 2010. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milênio>. Acesso em: 29 de jan. 2025.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Centro Colaborador da OMS para Classificação das Doenças em português. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10 ed. São Paulo: EDUSP, 2008. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/livros/cid-10-1/>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- POZO, I. P; CRESPO, M. P. A. **Aprendizagem e a Solução de Problemas: uma análise crítica**, [Internet], 2009. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/espma/disciplinas/novos\\_conteudos/2009/modulo\\_I/pdfs/rp\\_pozo.pdf](https://www.ufrgs.br/espma/disciplinas/novos_conteudos/2009/modulo_I/pdfs/rp_pozo.pdf). Acesso em: 27 de jan. 2025.
- PREZOTTO, K. H. *et al.* Mortalidade Neonatal precoce e tardia: causas evitáveis e tendências nas regiões brasileiras. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 36, n.1, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/dS63MGZyrqSmYFpBvdHjsMy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- RIBEIRO, E. D. L. M. *et al.* Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz, Maranhão: via de parto predominante em outubro e novembro de 2013. **Journal of Management & Primary Health Care**, São Paulo, v. 5, n. 2, p.195-201, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v5i2.216>. Acesso em: 26 de jan. 2025.
- RODRIGUES, T. D. F; OLIVEIRA, G. S; SANTOS, J. A. As Pesquisas Qualitativas e Quantitativas na Educação. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>. Acesso em: 26 de jan. 2025.
- TOLEDO, L. *et al.* **Profissionais de Enfermagem: A força de trabalho que sustenta a saúde no país**, [Internet], 2021. Disponível em: <https://saudeempublico.blogfolha.uol.com.br/2021/05/28/profissionais-de-enfermagem-a-forca-de-trabalho-que-sustenta-a-saude-no-pais/>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- TOLEDO, R. F.; GIATTI, L. L.; JACOBI, P. A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucavu, v. 18, n. 51, p. 633-646, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/9BvVZJ4ZLR5k7yYtFHDxfzn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan 2025.